

Especial

Seguro de carro em 2026: O que esperar dos preços

PÁGINA 5

PRF

44% das mortes nas estradas envolvem carros de carga

No balanço da Operação Rodovida, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou, que das 1.172 mortes nas estradas federais registradas nos últimos 66 dias, um total de 514 vítimas esteve em acidentes que envolveram veículos de carga. O número representou 43,93% do total. Os acidentes com esse tipo de veículo totalizaram 3.149 casos. Eles representam 23,81% do total de sinistros nas estradas. Os dados foram apresentados em evento em Aracaju no encerramento da operação. A Operação Rodovida começou em 18 de dezembro do ano passado e durou até o último domingo. A corporação afirmou que, dentre esses acidentes com veículos de carga, as colisões frontais foram as que mais resultaram em mortes. [PÁGINA 7](#)

CPMI

Viana recorre ao STF para ter depoimento de Daniel Vorcaro

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), anunciou ontem que vai recorrer da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, que desobrigou o banqueiro Daniel Vorcaro de depor ao colegiado. O depoimento do ex-dono do Banco Master estava marcado para esta segunda-feira, mas um habeas corpus concedido pelo ministro determinou que Varcaro não seria obrigado a comparecer à CPMI. "Estamos com a advocacia do Senado recorrendo dessa decisão, estamos impetrando no Supremo Tribunal Federal uma solicitação para que o ministro André Mendonça reveja essa posição", disse Viana. [PÁGINA 7](#)

FEDERALIZAÇÃO

Caixa negocia compra de carteiras de crédito do BRB

A Caixa Econômica Federal negocia a compra de carteiras de crédito do Banco de Brasília (BRB). A cúpula do banco nacional não descarta debater outras soluções, mas a discussão sobre federalização do BRB é vista como "prematura", segundo pessoas a par do tema ouvidas pela reportagem. No momento, o que está efetivamente na mesa é a possibilidade de a Caixa adquirir carteiras originadas pelo próprio BRB, que ten-

ta reforçar a sua liquidez, combatida pela necessidade de provisionar ao menos R\$ 5 bilhões por causa de perdas esperadas com ativos do Banco Master. Em outra ponta, a cúpula da Caixa não descarta que as discussões evoluam para outras frentes. Uma alternativa é a participação do banco federal em um consórcio que viabilizaria um empréstimo para que o governo do Distrito Federal aporte recursos no BRB. [PÁGINA 3](#)

AMAZONAS



RICARDO STUCKERT/PR

Lula revogará decreto de concessão de hidrovias

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) vai revogar o Decreto nº 12.600, que inclui no Programa Nacional de Desestatização (PND) as hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós. Na prática, o dispositivo, em vigor desde agosto de 2025, autorizava o governo a realizar a concessão da manutenção da navegabilidade dos rios para a iniciativa privada. De acordo com Boulos, que concedeu entrevista para a imprensa no Palácio do Planalto ao lado da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, a revogação do decreto se deu após pressão feita por povos indígenas que habitam regiões próximas aos rios. [PÁGINA 6](#)

PRIMEIRA TURMA

STF começa a julgar mandantes do assassinato de Marielle Franco



DIVULGAÇÃO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar, hoje, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Chiquinho Brazão, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, e Ronald Paulo de Alves, ex-policial militar, pelos assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL - RJ) (**foto**) e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018. Eles respondem por duplo homicídio qualificado e pela tentativa de homicídio da ex-assessora de Marielle, Fernanda Chaves. O ex-assessor do TCE Robson Calixto Fonseca, conhecido como "Peixe", responde pelo crime de organização criminosa. [PÁGINA 5](#)

MÉXICO

25 soldados morrem após assassinato de líder de cartel

O secretário de Segurança do México, Omar García Harfuch, disse ontem, que 25 membros da Guarda Nacional morreram em seis ataques distintos em Jalisco, após o assassinato do líder do Cartel Jalisco Nova Geração, Nemesio Oseguera Cervantes. Oseguera Cervantes, conhecido como "El Mencho", era o chefe de uma das redes criminosas de crescimento mais rápido no México, notória pelo tráfico de fentanil, metanfetamina e cocaína para os Estados Unidos e por orquestrar ataques ousados contra funcionários do governo que a desafiavam. Ele foi morto no domingo passado, durante um tiroteio em seu estado natal, Jalisco, enquanto o exército mexicano tentava capturá-lo. [PÁGINA 8](#)

INDICADORES

IBOVESPA 1,05% / 190.517,89 / 1.983,47 / Volume: 71.905.648.247 / Negócios: 4.184.619											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			
GOLL54	11,30	+0,62	+0,07	OIBR4	1,58	+30,58	+0,37	FICT3	0,42	-30,00	-0,18
RAIZ4	0,600	-3,23	-0,020	VSTE3	3,99	+11,14	+0,40	SOND6	55,05	-19,04	-12,95
PETR4	37,97	+0,42	+0,16	ONCO3	2,840	+9,23	+0,240	INEP3	1,19	-9,85	-0,13
VALE3	86,81	+3,23	+2,72	ESTR4	4,80	+9,09	+0,40	RCSL4	6,15	-9,16	-0,62
BBAS3	26,99	+2,00	+0,53	RNEW3	1,27	+8,55	+0,10	BSL3	5,00	-7,92	-0,43
									Dow Jones	49.625,97	+0,47
									S&P 500	6.909,51	+0,69
									NASDAQ Composite	22.886,068	+0,90
									Nasdaq 100	25.012,618	+0,87
									Euronext 100	1.834,1	+1,12
									CAC 40	8.515,49	+1,39
										Salário mínimo	R\$ 1.621,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,9604
										Taxa Selic	
										(28/01)	15%
										TR	
										(21/02)	0,1719%
										Poupança	
										(21/02)	0,6728%
										IGP-M	0,41% (jan.)
										IPCA-15	0,20% (jan.)
										CDI	
										(28/01)	14,90%
										OURO	
										BM&F/grama/RJ	R\$ 875,47
										EURO Comercial	
										Compra: 6,0970	Venda: 6,2044
										EURO turismo	
										Compra: 6,2769	Venda: 6,4569
										DÓLAR Ptax - BC	
										Compra: 5,2006	-0,48%
										DÓLAR comercial	
										Compra: 5,2287	Venda: 5,2293
										DÓLAR turismo	
										Compra: 5,3771	Venda: 5,4293

MERCADOS

Bovespa inicia semana em baixa de 0,88%, aos 188,8 mil pontos

Luís Eduardo Leal/AE A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acompanhou a piora em Nova York ainda no começo da tarde e se acomodou em patamar mais baixo após o 12º fechamento em nível recorde desde 14 de janeiro, na sexta-feira, quando atingiu em encerramento, pela primeira vez, a casa de 190 mil pontos. Ontem, saiu de abertura aos 190,5 mil e alcançou, no intradia, nova marca histórica, aos 191 mil pontos. Mas fechou aos 188.853,49 pontos, em baixa de 0,88%, tendo resvalado no pior momento da sessão para mínima a 188 525,73 pontos. O giro financeiro desta segunda ficou em R\$ 32,3 bilhões. No mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) ainda avança 4,13%, colocando o ganho do ano a 17,21%.

O bom desempenho de dois pesos-pesados do índice, Vale (ON +0,67%) e Petrobras (ON +1,95%, PN +1,63%), não foi o suficiente para equilibrar o Ibovespa na sessão, ante as fortes perdas do setor financeiro, em nomes como Itaú (PN -3,62%), Santander (Unit -5,69%, na mínima do dia no fechamento) e Bradesco (ON -1,92%, PN -2,44%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Raízen (+5%), MBRF (+3,88%), Telefônica Brasil (+3,27%) e Bradespar (+2,15%). No lado oposto, além de Santander e Itaú, apareceram Hapvida (-5,05%), Vibra (-4,87%) e Magazine Luiza (-3,98%).

Apesar do desempenho negativo do Ibovespa, em linha com perdas acima de 1% nesta segunda nas bolsas de Nova York, o real mostrou apreciação frente ao dólar na sessão, com a moeda americana negociada na casa de R\$ 5,16 (-0,14%) no fechamento.

A realização, relativamente moderada na sessão, vem

após sete semanas consecutivas de avanço para o Ibovespa, na sua mais longa sequência positiva desde a série de nove semanas, sem interrupções, entre abril e junho de 2023. Em Nova York, as perdas desta segunda ficaram em 1,66% (Dow Jones), 1,04% (S&P 500) e 1,13% (Nasdaq).

DÓLAR

O dólar abriu a semana em leve queda no mercado doméstico, em linha com a desvalorização da moeda americana no exterior. Apesar de Donald Trump anunciar, no fim de semana, elevação de tarifas globais de 10% para 15%, a leitura é que a nova configuração da política comercial americana, após a Suprema Corte dos EUA decidir pela ilegalidade das chamadas tarifas recíprocas, é favorável ao Brasil.

Fora uma alta pontual no começo dos negócios, quando tocou máxima a R\$ 5,1908, o dólar operou em baixa no restante do dia. Pela manhã, a taxa de câmbio rompeu o piso de R\$ 5,15 e desceu até a mínima de R\$ 5,1398. Com a virada do petróleo para o campo negativo e a diminuição das perdas da moeda americana lá fora, a divisa reduziu o ritmo de baixa e passou a tarde rondando os R\$ 5,16.

No fim dos negócios, o dólar à vista recuava 0,14%, a R\$ 5,1686, mais uma vez no menor valor de fechamento desde 28 de maio de 2024 (R\$ 5,154). Foi o terceiro pregão consecutivo de desvalorização da divisa, que já acumula baixa de 1,51% em fevereiro, após recuo de 4,4% em janeiro. No ano, a moeda americana cai 5,84% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho entre moedas latino-americanas no período.

SÃO PAULO

Justiça acata pedido de recuperação judicial do grupo Gold

LUDEMYLLA ROCHA
E MARIANA RIBAS/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) acatou pedido de recuperação judicial da Gold Energia e demais empresas do grupo. A decisão liminar inclui uma suspensão, por 180 dias, das cobranças contra as empresas do grupo e determina ainda a reintegração da companhia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Segundo a decisão, o prazo poderá ser prorrogado por igual período uma única vez, se solicitado pela empresa.

A Gold tem credores como Eneva, Statkraft, Hydro, América Energia, Urca Energia, Atmo e Prime, que pediram a decretação de falência da comercializadora, e a impugnação da recuperação judicial, mas as companhias tiveram o pedido negado.

A Justiça entendeu que não poderia aceitar o pedido dos credores sob o argumento de que esta não está exercendo atividade empresarial.

"A situação específica da Gold Comercializadora, momentaneamente sem autorização ativa da Aneel, não elimina a conclusão de que o grupo econômico, como um todo, exerce atividade empresarial organizada, com substrato fático suficiente para o tratamento coletivo", afirmou o juiz Jose Guilherme Di Rienzo Marrey, na decisão.

Em relação à atuação da companhia na CCEE, o magistrado afirmou que "a manutenção do afastamento da recuperação da CCEE acarreta perda imediata de oportunidades contratuais, a deterioração de sua reputação comercial e redução drástica de geração de caixa, comprometendo inclusive o pagamento da própria CCEE e dos demais credores" e, por isso, determinou seu religamento.

A Agência Nacional de Energia Elétrica decidiu, em setembro passado, revogar a outorga da Gold Energia depois de verificar inadimplência e descumprimento contratual pela companhia.

FEVEREIRO

Balança tem superávit de US\$ 2,070 bi na 3ª semana

FLÁVIA SAID/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 2,070 bilhões na terceira semana de fevereiro. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 5,790 bilhões e importações de US\$ 3,719 bilhões.

BC/Focus

Mercado reduz previsão da inflação para 3,91% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 3,95% para 3,91% em 2026. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,5% para os dois anos.

Pela sétima semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e se mantém dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta

O mês de fevereiro acumula superávit de US\$ 2,825 bilhões (resultado de exportações de US\$ 19,478 bilhões e importações de US\$ 16,652 bilhões).

De janeiro até a terceira semana de fevereiro, o ano acumula superávit de US\$ 7,168 bilhões. A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial fique entre US\$ 70 bilhões e US\$ 90 bilhões neste ano. Para as exportações, a expectativa é de um valor entre US\$ 340 bilhões e US\$ 380 bi-

lhões, e para as importações, entre US\$ 270 bilhões e US\$ 290 bilhões.

Até a terceira semana de fevereiro, comparado ao mesmo período de 2025, as exportações cresceram 31,7%. O desempenho dos setores na terceira semana de fevereiro foi o seguinte: crescimento de 10,6% em Agropecuária, que somou US\$ 3,482 bilhões; crescimento de 70,5% em Indústria Extrativa, que somou US\$ 4,727 bilhões e, por fim, crescimento de 26,8% em

Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 11,141 bilhões.

Em relação às importações, houve crescimento de 10,3%, até a terceira semana de fevereiro na mesma comparação. Houve queda de 17,3% em Agropecuária, que somou US\$ 284,7 milhões; crescimento de 7,5% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 661,5 milhões e, por fim, crescimento de 11,3% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 15,635 bilhões.

é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

LUZ E GASOLINA

Em janeiro, a alta dos preços da conta de luz e da gasolina fez a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado levou o IPCA a acumular alta de 4,44% em 2025.

TAXA SELIC

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida na última reunião, no fim de janeiro.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando se situou em 15,25% ao ano. Em ata, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico. Ainda assim, os juros serão mantidos em níveis restritivos.

A estimativa dos analistas de mercado para a taxa básica foi reduzida nesta edição do Boletim Focus - de 12,25% ao ano para 12,13% ao ano até o final de 2026. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

CONCESSÕES

Costa Filho diz que levará a Lula cronograma sobre Tecon Santos 10

RENAN MONTEIRO/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho(foto), disse ontem, que será apresentado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, amanhã ou na semana seguinte, o cronograma para a realização do leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon Santos 10). Ele não cravou data para o certame, mas falou da realização "ao longo do ano".

"Naturalmente vamos ouvir o TCU (Tribunal de Contas da União), estamos ouvindo o ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Ao final será uma construção coletiva. Nós estamos internamente discutindo prazos, discutindo datas, vamos apresentar à Casa Civil e ao presidente, e, a partir daí, vamos tornar público esse roteiro", disse ele, em conversa com jornalistas no Ministério.

Em janeiro, foi previsto que o leilão seria realizado entre fim março ou início de abril, com investimento esperado de R\$ 6,4 bilhões. O edital ainda não foi publicado.

Segundo a pasta de Portos e



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Aeroportos, após o certame, haverá aumento de 50% na capacidade de movimentação de cargas do Porto de Santos.

Também em janeiro foi mencionado pelo ministro o número de 11 ou 12 potenciais investidores interessados no leilão do terminal de contêineres. Dos agen-

tes em tratativa, já seria possível mapear entre dois ou três grupos brasileiros. A maior parte, contudo, são estrangeiros. Foram citadas, sem detalhamento, potenciais investidores chineses, norte-americanos, árabes, filipinos, bem como fundos de investimento.

O ministro também foi questionado nesta segunda sobre as operações no terminal portuário fluvial da Cargill em Santarém, no Pará, que permanecem paralisadas. Manifestantes indígenas estão ocupando as instalações. Ele disse que uma solução deverá ser dada até a terça.



PRIMEIRA TURMA

Supremo julga mandantes da morte de Marielle Franco

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar, hoje, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Chiquinho Brazão, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, e Ronald Paulo de Alves, ex-policial militar, pelos assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL -RJ) e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018. Eles respondem por duplo homicídio qualificado e pela tentativa de homicídio da ex-assessora de Marielle, Fernanda Chaves. O ex-assessor do TCE Robson Calixto Fonseca, conhecido como "Peixe", responde pelo crime de organização criminosa. Foram agendadas duas sessões nesta terça-feira, às 9h e às 14h. O julgamento se estenderá até amanhã, com uma sessão a partir das 9h.

O JULGAMENTO?

Após a abertura da sessão pelo presidente da Primeira Turma, ministro Flávio Dino, e o chamamento do processo para julgamento, o ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal, fará a leitura do relatório, um resumo do caso, com a descrição dos fatos, o histórico processual, as alega-

ções da acusação e das defesas e os crimes imputados. Em seguida, terá início a fase de sustentações orais. O vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand, representante da Procuradoria-Geral da República (PGR), será responsável pela acusação e terá o prazo de uma hora para sua manifestação, com possibilidade de prorrogação para uma hora e meia. O advogado assistente de acusação, indicado por Fernanda Chaves para auxiliar o Ministério Público, poderá falar por até uma hora. Em seguida, os advogados das defesas apresentarão suas manifestações, cada um dispondo de uma hora. A Constituição Federal prevê que crimes dolosos contra a vida são de competência do Tribunal do Júri. Contudo, quando envolvem autoridades com prerrogativa de foro, a própria Constituição estabelece o julgamento por tribunal competente. O processo chegou ao Supremo em razão do suposto envolvimento de Chiquinho Brazão, que, à época da investigação, exercia o mandato de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Desde 2023, o STF restabeleceu a competência das Turmas para processar e julgar ações penais envolvendo autoridades com foro

no Tribunal, com exceção do presidente e do vice-presidente da República, dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, dos ministros da Corte e do procurador-geral da República, cuja competência permanece no Plenário. Como o relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes, integrante da Primeira Turma, a ação será julgada por esse colegiado.

QUAL A ORDEM DOS VOTOS DOS MINISTROS? O relator, ministro Alexandre de Moraes, será o primeiro a votar, seguido pelos demais integrantes do colegiado em ordem crescente de antiguidade no Tribunal. O presidente da Turma é o último a votar. Assim, após o ministro Alexandre de Moraes, votarão o ministro Cristiano Zanin, a ministra Cármen Lúcia e, por fim, o ministro Flávio Dino. A decisão pela absolvição ou condenação será tomada por maioria de votos. Em caso de condenação, o colegiado decidirá a pena a ser aplicada.

RELEMBRE O CASO Marielle foi assassinada na noite de 14 de março de 2018, no centro do Rio de Janeiro. Ela voltava de carro para a sua casa, no bairro do Estácio, zona norte do Rio, de-

pois de participar de uma reunião com mulheres negras na Lapa. A vereadora tinha 38 anos e estava acompanhada pelo motorista Anderson Gomes, de 39, e pela assessora parlamentar Fernanda Chaves, de 43. Na altura da Praça da Bandeira, na rua Joaquim Palhares, um Chevrolet Cobalt prata emparelhou à direita do veículo no qual estava Marielle. Um dos ocupantes disparou nove vezes contra a parlamentar, atingindo o vidro e parte da porta traseira direita do veículo. O carro andou mais alguns metros e os assassinos fugiram. Marielle foi atingida por três tiros na cabeça e um no pescoço, enquanto Gomes foi alvejado três vezes nas costas. Ambos morreram no local. A assessora foi ferida por estilhaços. A arma usada no crime foi uma pistola 9 milímetros, segundo a perícia. A polícia acreditava, na época, que o veículo tinha sido seguido pelo Cobalt onde estavam os assassinos desde que saiu da Lapa, por volta 21h30. Em março de 2019, os ex-policiais Ronnie Lessa e Elcio Queiroz foram presos pela Polícia Civil do Rio. Lessa, apontado como responsável pelo disparos que mataram a vereadora, e Queiroz, suspeito de estar dirigindo o carro usado no crime.

92 MUNICÍPIOS

Começa vacinação contra a dengue no Rio de Janeiro

ANNA KARINA DE CARVALHO/AE

Os 92 municípios fluminenses começam ontem a receber a nova vacina contra a dengue, produzida pelo Instituto Butantan. A distribuição está sendo feita pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), que recebeu 33.364 doses do imunizante, sendo 12.500 destinadas à capital. Conforme o Ministério da Saúde, a estratégia prioriza trabalhadores da Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesta primeira etapa, serão vacinados profissionais que atuam diretamente nas unidades básicas, como médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, odontólogos, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, educadores físicos, assistentes sociais e farmacêuticos, agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, trabalhadores administrativos e de apoio.

A nova vacina tem dose única e protege contra quatro sorotipos da dengue. No estado do Rio, os tipos 1 e 2 são os mais frequentes. No entanto, a possível reintrodução do sorotipo 3 preocupa as autoridades sanitárias, já que ele não circula no território fluminense desde 2007. A ausência prolongada pode gerar maior vulnerabilidade da população que nunca teve contato com essa variante, atualmente presente em estados vizinhos. Dados do Centro de Inteligência em Saúde da secretaria indicam que, até 20 de fevereiro de 2026, o estado registrou 1.198 casos prováveis de dengue e 56 internações, sem confirmação de óbitos. Há ainda 41 casos prováveis de chikungunya, com cinco internações. Não há casos confirmados de zika no território fluminense. O monitoramento da dengue é feito por meio de um indicador composto que analisa atendimentos em unidades de pronto atendimento (UPAs), solicitações de leitos e taxa de positividade dos exames. As informações estão disponíveis em tempo real na plataforma MonitoraRJ. Atualmente, os 92 municípios estão em situação de rotina. Apesar dos indicadores considerados baixos, a secre-

taria reforça o alerta para o período pós-carnaval. As chuvas intensas que antecederam a folia, combinadas ao calor do verão, criam condições ideais para a reprodução do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chikungunya e zika. A circulação de turistas também amplia o risco de introdução de novos sorotipos. Como o mosquito tem alta capacidade reprodutiva, a recomendação é que cada morador dedique ao menos dez minutos por semana para eliminar possíveis criadouros, verificando a vedação da caixa d'água, limpando calhas, colocando areia nos pratos de plantas e descartando água acumulada em bandejas de geladeira e recipientes expostos. No verão, quando calor e chuva se alternam, o ciclo do mosquito se acelera. Os ovos depositados em acúmulos de água podem eclodir rapidamente com a incidência de sol e altas temperaturas. Vale lembrar que desde 2023, o Ministério da Saúde também disponibiliza a vacina Qdenga, de fabricação japonesa. No estado do Rio, mais de 758 mil doses já foram aplicadas. Entre o público-alvo de 10 a 14 anos, mais de 360 mil crianças e adolescentes receberam a primeira dose, e 244 mil completaram o esquema vacinal. A secretaria estadual investe na qualificação da rede assistencial, com videoaulas e treinamentos, além de ter criado uma ferramenta digital pioneira que uniformiza o manejo clínico da dengue nas unidades de saúde — tecnologia que foi compartilhada com outros estados. O Laboratório Central Noel Nutels (Lacen-RJ) foi estruturado para realizar até 40 mil exames por mês, ampliando a capacidade de diagnóstico não apenas da dengue, mas também de zika, chikungunya e da febre do Oropouche — arbovirose transmitida pelo maruim (Ceratopogonidae), e não pelo *Aedes aegypti*. Com a chegada da nova vacina, o estado reforça a estratégia integrada de imunização, vigilância e prevenção, buscando evitar a sobrecarga da rede de saúde e manter os índices sob controle antes do avanço do outono.

BALANÇO

Carnaval teve menos furtos e roubos de celulares, diz governo

Balanço divulgado ontem pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro indicou queda na criminalidade no carnaval deste ano. Segundo o governo, as cidades fluminenses tiveram 43,5% menos ocorrências envolvendo turistas e 32,88% de redução nos furtos e roubos de celulares e crimes contra transeuntes. Ao todo, 731 pessoas foram presas em ações integradas durante o carnaval, entre os dias 13 e 17 de fevereiro, de acordo com o balanço da Operação Carnaval 2026. Para o governo do estado, os resultados são positivos e mostram redução da criminalidade e aumento da produtividade policial. Segundo o governador, Cláudio Castro, o Carnaval do Rio "é uma vitrine para o mundo", e a redução de índices importantes "impacta diretamente na diversão de turistas e moradores do estado", defendeu. Segundo a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, houve um crescimento de 211% na

recuperação de celulares roubados ou furtados, alta de 46% nas apreensões de armas de fogo, além de aumento de 208% na apreensão de simulacros, em comparação a 2025. Já a Operação Lei Seca realizou 44 ações, abordou 4.658 condutores e registrou 858 infrações por alcoolemia, o que corresponde a 18,4% das abordagens. No Sambódromo da Marquês de Sapucaí, mais de 100 motoristas de carros alegóricos foram testados, com 100% de aprovação. **SALVAMENTOS** Na orla, os socorros aumentaram durante o carnaval. De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, foram 1.517 atendimentos marítimos, um aumento de 172% em relação ao mesmo período de 2025. Ainda conforme o balanço divulgado, o programa Segurança Presente registrou 44 ocorrências até o dia 18 de fevereiro.

Seguro de carro em 2026: O que esperar dos preços que começam o ano com estabilidade, no Brasil?

POR BÁRBARA SOUZA

No início deste ano, o mercado de seguros automotivos no Brasil mostra sinais de equilíbrio, mas também desafios para os consumidores. Segundo um levantamento recente da corretora digital Credits Seguros, os preços médios das apólices de seguro auto registraram estabilidade em janeiro, com pequenos ajustes em relação aos últimos meses de 2025. Esses números podem representar um sinal de que o setor começa o ano com menos volatilidade. De acordo com os dados levantados no estudo, o valor médio pago por homens ficou em R\$ 2.390,32 em janeiro, cerca de 2,12% acima do observado em dezembro de 2025. Já as mulheres viram suas apólices subirem cerca de 1,83%, alcançando R\$ 2.908,42 no mesmo período. A diferença entre gêneros segue relevante, com o público feminino pagando em média R\$ 518,10 a mais pelo seguro — uma disparidade que, para especialistas, pode refletir diferenças nos perfis de risco assumidos pelas seguradoras. A pesquisa considerou as cotações dos dez veículos mais vendidos em onze capitais brasileiras com grande representatividade no mercado automobilístico, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, entre outras, de acordo com a Fenabreve (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). Foram analisadas as menores cotações oferecidas por grandes seguradoras como Allianz,



DIVULGAÇÃO

MINAS GERAIS

Ministérios reagem à absolvição de homem que estuprou menina

ALANA GANDRA/ABRASIL

Numa nota conjunta, os ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania e das Mulheres condenaram a decisão da 9ª Câmara Criminal Especializada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que absolveu, por maioria de votos, um homem de 35 anos que havia sido condenado pelo estupro de uma menina de 12 anos. Eles viviam juntos como um casal na cidade de Indianópolis, no Triângulo Mineiro.

O homem deixou o sistema prisional em 13 de fevereiro, após a concessão de alvará de soltura pela Justiça, de acordo com informação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

O Código Penal estabelece que a conjunção carnal ou prática de outro ato libidinoso com menor de 14 anos configura estupro de vulnerável. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia estabelecido o entendimento de que o consentimento da vítima, eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso não afastam a ocorrência do crime.

Os ministérios enfatizaram que “o Brasil adota a lógica da proteção integral de crianças e adolescentes, segundo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Quando a família não assegura essa proteção — especialmente em casos de violência sexual —, cabe ao Estado e à sociedade, incluindo os três Poderes, zelar pelos direitos da criança, não sendo admissível que a anuência familiar ou a autodeclaração de vínculo conjugal sejam usadas para relativizar violações”.

Na avaliação das duas pastas, o Brasil repudia o casamento infantil, “prática que constitui grave violação de direitos humanos e aprofunda desigualdades de gênero, raça e classe”.

Destacaram ainda que, em 2022, mais de 34 mil crianças de 10 a 14 anos viviam em uniões conjugais no Brasil, majoritariamente meninas, pretas ou pardas, “concentradas em regiões historicamente mais vulnerabilizadas”.

A nota reafirma que o Brasil assumiu compromissos internacionais para eliminar essa prática, incluindo recomendações recentes do Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw) para que a idade mínima para o casamento seja fixada em 18 anos, sem exceções. E conclui: “Decisões judiciais, inclusive no âmbito dos Tribunais de Justiça, devem estar alinhadas a esse marco normativo, garantindo que nenhuma interpretação fragilize a proteção integral de crianças e adolescentes”.

A deputada federal Erika Hil-

ton (PSOL-SP) apresentou denúncia do caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que abriu uma investigação para apurar a decisão tomada pelo TJ de Minas.

MP DE MINAS

Também em nota, o MPMG comunicou que irá adotar as providências processuais cabíveis.

"O ordenamento jurídico pátrio e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (...) estabelecem a presunção absoluta de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com menos de 14 anos. Tal diretriz normativa visa resguardar o desenvolvimento saudável e a dignidade sexual dessa população, tratando-os como bens jurídicos indisponíveis, que se sobrepõem a qualquer interpretação fundada em suposto consentimento da vítima ou anuência familiar".

Já a Defensoria Pública de Minas Gerais, que recorreu contra a condenação de primeira instância do homem, garantiu que "atuou na garantia do direito de ampla defesa do réu" em cumprimento aos seus deveres constitucionais.

O CASO

Um homem de 35 anos havia sido condenado a nove anos de prisão pelo estupro de uma menina de 12 anos, com a qual vivia como marido. A mãe da menina, acusada de convivência com o crime, também foi condenada.

A sentença resultou de denúncia feita pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em abril de 2024 contra o suspeito e a mãe da menina, à época com 12 anos de idade, por estupro de vulnerável devido à “prática de conjunção carnal e de atos libidinosos” contra a vítima.

A 9ª Câmara Criminal, entretanto, entendeu que o réu e a vítima tinham vínculo afetivo consensual e derrubou a sentença de primeira instância, absolvendo o homem e mãe da criança.

As investigações feitas inicialmente concluíram que a criança morava com o homem, com autorização materna, e havia abandonado a escola. Com passagens na polícia por crimes de homicídio e tráfico de drogas, o homem foi preso em flagrante em 8 de abril de 2024, em companhia da menininha, com a qual ele admitiu que mantinha relações sexuais.

Em trecho da decisão, o desembargador relator Magid Nauef Láuar avaliou que "o relacionamento mantido entre o acusado e a menor não decorreu de ato de violência, coação, fraude ou constrangimento, mas sim de um vínculo afetivo consensual, com prévia aquiescência dos genitores da vítima e vivenciado aos olhos de todos".

STF

Fachin arquiva ação que pedia suspeição de Toffoli no caso Master

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, determinou o arquivamento da ação de suspeição do ministro Dias Toffoli como relator do inquérito que trata das investigações sobre fraudes no Banco Master. A decisão foi tomada no último sábado.

Em reunião no último dia 12, Toffoli já havia deixado a relatoria do caso. Após esse encontro, ministros do STF manifestaram, em nota oficial, que não era o caso de reconhecer a suspeição do ministro. A reunião foi convocada por Fachin após a Polícia Fe-

deral ter entregado ao presidente da Corte um relatório que mostrou menções a Toffoli em uma mensagem no celular do dono do Banco Master, Daniel Vercaro, que teve o telefone apreendido. Após Toffoli deixar a relatoria, o ministro André Mendonça foi escolhido relator do inquérito sobre o Banco Master. Enquanto era relator do caso, Toffoli foi alvo de críticas por ter permanecido nessa posição após matérias informarem que a PF havia encontrado irregularidades em um fundo de investimento ligado ao Banco Master.

AMAZONAS

Lula vai revogar decreto de concessão de hidrovias

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (**foto**), afirmou ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai revogar o Decreto nº 12.600, que inclui no Programa Nacional de Desestatização (PND) as hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós. Na prática, o dispositivo, em vigor desde agosto de 2025, autorizava o governo a realizar a concessão da manutenção da navegabilidade dos rios para a iniciativa privada.

De acordo com Boulos, que concedeu entrevista para a imprensa no Palácio do Planalto ao lado da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, a revogação do decreto se deu após pressão feita por povos indígenas que habitam regiões próximas aos rios. Segundo o chefe da Secretaria-Geral, Lula, que está em viagem à Coreia do Sul, conversou com os auxiliares e se mostrou favorável à medida.

"O decreto previa estudos técnicos, ambientais, logísticos, para uma inclusão das hidrovias do rio Tapajós, Madeira e



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Tocantins, no programa de concessões do governo. Os povos indígenas nos trouxeram uma preocupação com os efeitos dessa obra nos seus territórios e essa preocupação foi levada em conta na escuta com esses povos para a decisão de hoje (segunda-feira, 23)", afirmou Boulos.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Segundo Guajajara, outro ponto que motivou a revogação do decreto foi a existência de um sítio arqueológico que poderia ser afetado pelas ações da iniciativa privada.

Desde janeiro, indígenas ocupam o complexo portuário de Santarém, em Santarém (PA) para protestar contra o decreto do governo federal. Na madrugada de sábado, 21, eles entraram no terminal da Cargill, empresa multinacional do ramo do agronegócio.

TRAMA GOLPISTA

STF tem maioria para manter penas de condenados do Núcleo 3

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos, ontem, para manter a condenação de sete réus do Núcleo 3 da trama golpista ocorrida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O colegiado realiza o julgamento dos recursos protocolados pela defesa dos condenados. O julgamento virtual começou na sexta-feira passada e será finalizado hoje.

No núcleo, há militares que faziam parte do grupamento de forças especiais do Exército, identificados como “kids pretos”.

Até o momento, Alexandre de Moraes (**foto**), relator, e os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino votaram para manter as condenações, que foram defini-



ROSINEI COUTINHO/STF

das em novembro do ano passado. Falta o voto de Cármen Lúcia.

As condenações ocorreram pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela

violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Os réus foram acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de planejar ações táticas para efetivar o plano golpista e tentar sequestrar e matar o mi-

nistro Alexandre de Moraes, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022. O grupo também disseminou notícias falsas sobre as eleições, fez pressão junto ao alto comando das Forças Armadas para aderirem ao golpe.

Confira as penas dos réus

- Hélio Ferreira Lima - tenente-coronel: 24 anos de prisão;
- Rafael Martins de Oliveira - tenente-coronel: 21 anos de prisão;
- Rodrigo Bezerra de Azevedo - tenente-coronel: 21 anos de prisão;
- Wladimir Matos Soares - policial federal: 21 anos de prisão;
- Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros - tenente-coronel: 17 anos de prisão;
- Bernardo Romão Correa Netto - coronel: 17 anos de prisão;
- Fabrício Moreira de Bastos - coronel: 16 anos de prisão.

DROGAS

Interpol cria força-tarefa liderada pelo Brasil para combate ao tráfico

PAULA FERREIRA/AE

A Interpol vai criar uma força-tarefa com países da América do Sul para combater o tráfico transnacional de drogas. O grupo, que será coordenado pelo Brasil, se reunirá no escritório regional da organização em Buenos Aires, na Argentina.

A expectativa é que todos os países da região integrem a força-tarefa com pelo menos um agente de cada nação. Os policiais serão recrutados a partir de março. O modelo permitirá a execução de operações simultâneas e articuladas entre os países do grupo para combater o tráfico de drogas.

"Eles vão ser capazes de identificar a presença de ativos dessas organizações e dali gerar inteligência para novas operações criminais. É um modelo que vai garantir um volume de operações muito maior do que o que tem hoje", explicou o secretário-geral da Interpol, Valdecy Urquiza.

O governo brasileiro assinou ontem, o acordo de parceria com a Interpol. A previsão é que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) invista inicialmente cerca de R\$ 11 milhões por um ano de projeto.

O formato foi inspirado na Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), criada pelo governo brasileiro para articular autoridades federais e estaduais no enfrentamento às organizações criminosas. O grupo opera em diversos estados do Brasil de forma coordenada.

"A ideia é que a partir desse modelo esses agentes tenham acesso a todas as informações globais de segurança pública, aos bancos de dados da Interpol e à possibilidade de realizar operações com cooperação em tempo real. Isso vai fomentar ações estratégicas de desarticulação do crime organizado transnacional na nossa região", afirmou a secretária nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão

de Ativos (SENAD), Marta Machado.

Em junho do ano passado, o governo já havia celebrado um acordo inicial com a Interpol em Lyon, na França, para fortalecer a parceria no combate ao crime organizado. Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu a atuar no enfrentamento às organizações criminosas.

'PREOCUPAÇÃO'

Durante o evento, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Cesar Lima e Silva, afirmou que a parceria vai proporcionar um fluxo ágil de informações entre os países, fazendo com que as forças de segurança possam se antecipar no combate ao crime organizado. O ministro destacou a "preocupação obsessiva" do ministério em relação à segurança pública.

"Esta é uma pauta que tem tocado de perto a população brasileira Todas as pesquisas in-

dicam esse nível de prioridade. E é possível e necessário que tenhamos condições objetivas de elevar essa iniciativa a um patamar de prioridade, inegavelmente", disse o ministro.

A segurança pública é uma das áreas com pior avaliação no governo. Em janeiro, uma pesquisa da Paraná Pesquisas indicou que 44,3% da população considera que a segurança pública piorou durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em janeiro, após a primeira reunião com o presidente Lula depois de assumir o MJSP, Lima e Silva afirmou que o petista decidiu elevar o combate ao crime organizado a uma "ação de Estado". Nesta segunda, o ministro voltou a citar a "mudança de patamar" nas políticas para a área. "Isso se inscreve em um contexto maior que tem sido reiterado pelo presidente deste objetivo firme de combate ao crime organizado", afirmou.

PRF

44% das mortes nas estradas envolvem veículos de carga

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

No balanço da Operação Rodovida, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou, ontem, que das 1.172 mortes nas estradas federais brasileiras registradas nos últimos 66 dias, um total de 514 vítimas esteve em acidentes que envolveram veículos de carga. O número representou 43,93% do total.

Os acidentes com esse tipo de veículo totalizaram 3.149 casos. Eles representam 23,81% do total de sinistros nas estradas. Os dados foram apresentados em evento na cidade de Aracaju (SE) no encerramento

da operação. A Operação Rodovida começou em 18 de dezembro do ano passado e durou até o último domingo (22).

A corporação afirmou que, dentre esses acidentes com veículos de carga, as colisões frontais foram as que mais resultaram em mortes, com 288 no total (o maior número).

MORTES NO CARNAVAL

Durante o período carnavalesco, pelo menos 130 pessoas morreram nas estradas. Segundo a corporação, foi o carnaval mais violento da década.

Os números mostraram ainda um aumento de 8,54% nos

acidentes de trânsito graves durante os dias de folia. A maioria das vítimas estava em automóveis e motocicletas.

ALTA VELOCIDADE

Durante toda a Operação Rodovida, ao menos 1,2 milhão de veículos dos mais diferentes tipos apresentaram excesso de velocidade. Outros números que trouxeram preocupação à corporação foram de 58,7 mil ultrapassagens irregulares e 11,1 mil motoristas embriagados ao volante.

Segundo a PRF, a proposta da operação foi de fazer a segurança nos períodos de maior movimentação nas estradas, o que incluiu as férias escolares e as

operações Natal, Ano Novo e Carnaval.

CELULAR AO VOLANTE

Segundo ainda a corporação, foram flagrados também 9,6 mil condutores utilizando o celular enquanto dirigiam. Além disso, 54,5 mil pessoas não usaram o cinto de segurança ou a “cadeirinha” para crianças até quatro anos de idade.

Entre os ocupantes de motocicletas, 10,3 mil pessoas não usaram o capacete. Entre os motoristas profissionais (de ônibus ou caminhão, por exemplo), 17,1 mil não respeitaram a Lei do Descanso (que estabelece ao menos 11 horas de pausa em um dia).

REGULAMENTOS

TSE começa a julgar resoluções para eleições de 2026 na quinta-feira

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inicia na próxima quinta-feira, o julgamento das minutas de resoluções que vão regulamentar as eleições de 2026. Para dar continuidade à análise, também foi marcada uma sessão extraordinária para a próxima segunda-feira.

De acordo com o calendário eleitoral, as normas precisam ser aprovadas até 5 de março. A Corte teve pouco menos de um mês para examinar as sugestões enviadas por entidades da sociedade civil e por plataformas digitais antes do início dos julgamentos

O relator das propostas é o vice-presidente da Corte, ministro Kassio Nunes Marques. Em janeiro, ele apresentou versões preliminares das resoluções, e o tribunal abriu prazo para sugestões da sociedade. Ao todo, foram 1.423 propostas de alteração, parte delas debatidas em audiência pública realizada no início deste mês.

A principal expectativa gira em torno da regulamentação do uso de inteligência artificial nas campanhas. Nunes Marques disse que o impacto da IA nas eleições de 2026 é um tema que “reclama escuta ativa dos atores do processo eleitoral, bem como das empresas de tecnologia, de modo a construir dispositivos que verdadeiramente contribuam” para a proteção de direitos.

Como mostrou o Estadão conteúdos adulterados e imagens manipuladas por IA já circulam nas redes sociais, envolvendo sobretudo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deve disputar a reeleição, e o senador Flávio Bolsonaro (PR- RJ), pré-candidato ao Palácio do Planalto.

As audiências públicas para

receber sugestões foram realizadas nos dias 3, 4 e 5 deste mês. Nunes Marques afirmou que as regras para IA serão elaboradas justamente a partir dessas sugestões. As resoluções precisam ser aprovadas até 5 de março para que passem a valer nas eleições de outubro. Segundo o tribunal, não há atraso no processo de elaboração das normas.

Antes de cada eleição, o TSE edita resoluções para atualizar as regras sobre propaganda, ilícitos eleitorais, fiscalização, auditoria e prestação de contas. Em 2024, diante do avanço da IA, a Corte passou a exigir a rotulagem de conteúdos produzidos com auxílio da tecnologia e proibiu o uso de deepfakes no contexto eleitoral. As regras continuam em vigor.

Para 2026, especialistas avaliam que a tendência é de mudanças pontuais, já que não houve alteração significativa na legislação nem na jurisprudência desde o último pleito. Ainda assim, há expectativa de que o tribunal refine os mecanismos de enfrentamento à desinformação gerada por IA, especialmente diante da disseminação em massa de conteúdos manipulados nas redes.

O ano também será marcado por mudança na presidência da Corte. A atual presidente, ministra Cármen Lúcia, deixará o comando do tribunal, que passará a ser presidido por Nunes Marques, tendo como vice o ministro André Mendonça. Os dois já divergiram de posições adotadas em gestões anteriores.

Em nota, o TSE afirmou que todos os trâmites e prazos estão dentro do cronograma legal e que o planejamento das eleições é contínuo, com reuniões técnicas realizadas ao longo do ano não eleitoral.

VIOLÊNCIA E COVARDIA

PMs vão a júri popular por morte de estudante de medicina em SP

LEONARDO SIQUEIRA/AE

A Justiça determinou ontem, que os policiais militares Guilherme Augusto Macedo e Bruno Carvalho do Prado devem ser julgados por júri popular pela morte do estudante de medicina Marco Aurélio Cardenas Acosta em novembro de 2024. Ainda não há data prevista para o julgamento.

O advogado João Carlos Campanini, que representa os policiais militares, afirmou que “a defesa respeita a decisão e irá recorrer, uma vez que o próprio juízo narrou não ter certeza dos fatos”. Ele acrescenta que, “na hipótese da legítima defesa, a lei impõe que a dúvida deve gerar a absolvição dos acusados”.

Marco Aurélio tinha 22 anos quando foi baleado pelo policial Guilherme Augusto Macedo. O jovem foi alvejado na barriga na madrugada do dia 20 de novembro de 2024, na porta de um hotel na Vila Mariana, zona sul de São Paulo.

Macedo e outro policial, Bruno Carvalho do Prado, estavam fazendo ronda de rotina pela Vila Mariana, quando Marco Aurélio passou caminhando sem camisa e deu um tapa no retrovisor da viatura. Os dois policiais saíram em perseguição a ele, que tentou entrar em um hotel onde estava hospedado com uma mulher. O estudante, desarmado, foi encurralado pelos policiais. Macedo atirou à queima-roupa e Marco Aurélio morreu.

Os advogados Pedro Me-deiros Muniz e Nikolas Limas Pessoa Dias, que representam a família de Marco Aurélio, classificaram a determinação do julgamento por júri popular “um passo decisivo rumo à justiça”, mas destacaram que “a família recebe com profunda indignação e inconformismo a parte da decisão que permitiu aos réus recorrerem em liberdade”. Eles afirmam que continuarão exigindo a prisão preventiva dos réus e a expulsão das fileiras da corporação.

“A liberdade desses agentes representa um risco manifesto à ordem pública e uma afronta direta à memória de Marco Aurélio e à dor de sua família. Não descansaremos até que guardem o veredito final atrás das grades”, dizem em nota.

Em vídeo gravado pelas câmeras corporais dos policiais no dia que Marco Aurélio morreu, é possível ver o universitário falando “Tira a mão de mim! Tira a mão de mim!” repetidas vezes aos dois PMs, de acordo com o relatório final do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Em relatório final de inquérito, o delegado Gabriel Tadeu Brienza Vieira, do DHPP, afirmou que o uso de arma de fogo no caso “não se mostrou legítimo”, uma vez que “a vítima estava visivelmente sem armas e não estava em atitude que pudesse representar risco de morte ou lesão a guarnição policial ou terceiros”.

CONGRESSO

Viana recorre ao STF para obrigar depoimento de Vorcaro na CPMI

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), anunciou ontem que vai recorrer da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, que desobrigou o banqueiro Daniel Vorcaro de depor ao colegiado..

O depoimento do ex-dono do Banco Master estava marcado para esta segunda-feira, mas um habeas corpus concedido pelo ministro determinou que Varcaro não seria obrigado a compa-

recer à CPMI.

"Estamos com a advocacia do Senado recorrendo dessa decisão, estamos impetrando no Supremo Tribunal Federal uma solicitação para que o ministro André Mendonça reveja essa posição e que o Vorcaro seja obrigado a comparecer a essa comissão", disse Viana pouco antes do início da reunião da CPMI.

O Banco Master mantinha acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para oferta de crédito consignado. A CPMI investiga possíveis descontos indevidos, falhas de controle e

eventual participação de dirigentes ou parceiros nas irregularidades.

Vorcaro, que cumpre prisão domiciliar, deveria explicar suspeitas de prejuízos a aposentados e pensionistas.

“Se nós conseguirmos reverter a decisão no STF, ele será obrigado a comparecer e, se não o fizer, eu determinarei a sua condução coercitiva. Não é porque ele é banqueiro que ele vai receber benefícios”, afirmou o senador.

Viana criticou o entendimento do STF de impedir depoimentos em comissões parlamentares. Ministros como André Men-

donça defendem que investigados pela Polícia Federal têm o direito de não comparecer ou de silenciar, para não produzirem provas contra si mesmos.

“Mais uma vez temos um entendimento completamente diferente entre a CPMI e o STF. Vorcaro, no inquérito da Polícia Federal, é tratado como investigado e, no nosso caso, ele é tratado como testemunha, porque ainda não está pronto o relatório da CPMI para pedir o indiciamento (de qualquer pessoa). A decisão do STF, mais uma vez, interfere, prejudica e atrasa as nossas investigações”, criticou.

SISTEMA FINANCEIRO

Supremo vai decidir sobre escritura para venda de imóveis fora do SFI

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai se decidir se é obrigatória a exigência de escritura pública em contratos de compra e venda de imóveis com alienação fiduciária fora do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O caso começou a ser analisado em sessão de julgamento virtual da Segunda Turma da Corte, iniciada na sexta-feira passada, mas foi suspensa por um pedido de vista do ministro Luiz Fux. Não há prazo para retomada do julgamento.

O caso envolve a aplicação da

Lei 9.514 de 1997, conhecida como Lei do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). A norma cita que as transações podem ser realizadas por escritura pública ou instrumento particular com efeitos de escritura pública.

No entanto, em 2024, resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) restringiram o uso do instrumento particular somente por entidades autorizadas a operar no SFI.

Ao analisar a questão, o relator do caso, ministro Gilmar Mendes, decidiu que a lei deve ser mantida.

“Não cabe ao oficial do cartó-

rio de registro de imóveis, no exercício e nos limites de sua importante função, negar registro a contratos atípicos com alienação fiduciária firmados por particulares, quando a avença apresentar todos os requisitos previstos em lei para a sua validade”, escreveu o ministro.

Após o voto do relator, o ministro Dias Toffoli seguiu o voto de Mendes, e Luiz Fux pediu vista do processo.

CONSUMIDOR

Em dezembro do ano passado, a Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministé-

rio da Justiça, emitiu um parecer para que escritura pública seja valorizada. O parecer foi solicitado pelo deputado Kiko Celeguim (PT-SP).

“A escritura pública não se reduz a formalidade burocrática, mas desempenha função pública essencial esclarecimento jurídico, assegurando ao consumidor informação qualificada, compreensão adequada do conteúdo contratual, controle prévio de cláusulas abusivas e verificação da regularidade jurídica do negócio, reduzindo o risco de práticas predatórias”, afirmou a Senacon.

JORNADA

Acabar com a escala 6x1 é prioridade do governo Lula, afirma Boulos

FABÍOLA SINIMBÚ/A BRASIL

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, voltou a afirmar nesta segunda-feira que acabar com a escala 6x1 é uma das principais prioridades do governo federal este ano.

“A proposta que nós estamos defendendo, junto com o (presidente Luiz Inácio) Lula é o fim da escala 6x1, ou seja, no máximo 5x2. No mínimo, o trabalhador ter dois dias de descanso por semana livres e reduzir a jornada máxima para 40 horas semanais sem redução de salário”, explicou.

Durante a participação na es-

treia do programa *Alô Alô Brasil*, da Rádio Nacional, veículo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Boulos disse que há muita resistência de empresários contra a medida, mas que já era esperado, à exemplo de outros avanços históricos como a implantação do salário mínimo, do 13º salário ou férias remuneradas.

“Eu nunca vi patrão defender aumento de direito do trabalhador. Ele sempre vai ser contra, sempre vai contar um monte de lorota dizendo que vai acabar (com a economia). O fato é que tudo isso foi aprovado historicamente no Brasil e a economia não ruíu”, afirmou.

Boulos disse ainda que aprovar a PEC da Segurança Pública também é prioridade para que um Ministério da Segurança Pública possa ser criado com atribuições estabelecidas por lei.

A garantia de direitos do trabalhador de aplicativos de transporte também está entre um dos esforços do governo federal para este ano, destacou o ministro.

Para ele é necessário estabelecer taxas de percentual fixas a serem repassadas às empresas que operam os aplicativos, para que o trabalhador não seja lesado.

“A empresa só faz a intermediação tecnológica. Liga o passa-

geiro ao motorista, faz a gestão de um aplicativo, ela não troca um pneu, não tem um carro, não dirige, e de cada viagem ela fica com 50% do lucro do trabalhador. Isso é inaceitável”, disse.

De acordo com o ministro, o debate se estende aos entregadores por aplicativo. No final do ano passado, a pasta liderada por Boulos anunciou a criação de um grupo de trabalho para formular propostas de regulamentação trabalhista para a categoria.

A participação do ministro Guilherme Boulos no programa de estreia comandado pelo jornalista José Luiz Datena foi transmitida ao vivo dos estúdios da Rádio Nacional, em São Paulo.

Visita a Seul

Lula destaca inovação como prioridade do Brasil na Coreia do Sul

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta segunda-feira, que a colaboração com empresas sul-coreanas em setores “intensivos em conhecimento” é uma prioridade para o Brasil. Ele está em viagem a Seul, capital da Coreia do Sul, e participou do encerramento de um fórum empresarial que reuniu 230 empresas dos dois países.

Em discurso Lula falou, por exemplo, sobre a possibilidade de parcerias na exploração de minerais críticos.

“A Coreia é o segundo maior produtor mundial de semicondutores e detém parcela significativa do mercado de baterias. O Brasil possui minerais críticos que são insumos essenciais para as cadeias de produção de eletrônicos e veículos elétricos e é um parceiro confiável em um cenário em que a arbitrariedade está se tornando a regra”, disse.

“O papel de meros exportadores de matérias-primas não condiz com nosso potencial. Buscamos parcerias que nos permitam agregar valor e produzir tecnologia de ponta em solo brasileiro”, destacou o presidente.

Ainda, Lula citou oportunidades de cooperação “mutuamente vantajosas” nas áreas aeroespacial, de saúde, de cosméticos e cultural. Ele lembrou as operações da start-up coreana Innospace no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, e afirmou que o diálogo entre as agências espaciais é “crucial” para aprofundar essa colaboração, inclusive no compartilhamento de dados de satélites e em projetos de exploração lunar.

Sobre as ações em saúde, o presidente brasileiro falou sobre a expectativa de fabricação conjunta de novas vacinas, fármacos e insumos médicos, à medida que a Coreia do Sul amplia sua pesquisa e desenvolvimento na área e que o Brasil avança na construção do laboratório de biossegurança Órion, o único do mundo conectado a um acelerador de partículas, o Sirius.

“Isso nos permitirá buscar soluções para doenças, desenvolver métodos de diagnóstico e prevenir epidemias. Instituições públicas de saúde, como a Fiocruz e outras fundações estaduais brasileiras, estão fortalecendo sua cooperação com a Coreia”, afirmou.

Na área de cosméticos, Lula lembrou que, em 2025, o setor de beleza brasileiro superou pela primeira vez a marca de US\$ 1 bilhão em exportações, ao mesmo tempo em que a indústria de cosméticos da Coreia já rivaliza com a da França no mercado global.

“O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo. Unindo o potencial brasileiro à tecnologia coreana, podemos multiplicar nosso alcance nesse setor”, argumentou.

Por fim, o brasileiro falou sobre as iniciativas culturais e as possibilidades de parcerias entre os dois países. “Na Coreia, a economia criativa supera as exportações de setores tradicionais como eletrodomésticos. No Brasil, o setor já responde por mais de 3% do PIB – acima da indústria automobilística – e apresenta média de geração de empregos superior à nacional”, contou.

“Do funk brasileiro ao K-Pop, de Parasita a Agente Secreto, das telenovelas aos K-Dramas, nossa música e nossa produção audiovisual estão conquistando os quatro cantos do mundo”, disse.

Integração

A corrente de comércio entre o Brasil e a Coreia é cerca de US\$ 11 bilhões, aquém do recorde de quase US\$ 15 bilhões registrado em 2011.

“Significa que nós já fomos

melhores em negócios”, disse Lula aos empresários, ao destacar que a Agência Brasileira de Promoção de Exportações (ApexBrasil) identificou 280 oportunidades para produtos brasileiros na Coreia, de alimentos e bebidas a produtos químicos.

Mais cedo, Lula foi recebido pelo presidente do país, Lee Jae-myung, em visita de Estado, ocasião em que os dois países firmaram 10 atos de cooperação. O principal dele, segundo o presidente, é um acordo de cooperação comercial e integração produtiva, com foco no fortalecimento da cooperação industrial, tecnológica e agrícola.

“O acordo também fortalecerá cadeias de suprimentos resilientes e seguras e inova em minerais estratégicos, indústrias sustentáveis, e audiovisual. Nossos ministérios passarão a se reunir regularmente para discutir como fortalecer relações econômicas”, explicou.

O presidente falou sobre os indicadores socioeconômicos do país e as “condições vantajosas” para investimentos. Ele ainda citou as políticas públicas implementadas em sua gestão que incentivam a vinda de empresas estrangeiras: o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o Programa Nova Indústria Brasil (NIB), o Programa Mobilidade Verde e Inovação (MOVER) e o Plano de Transformação Ecológica.

Ainda, Lula lembrou que o Brasil vem trabalhando há 15 anos para obter acesso ao mercado de carne bovina coreano e afirmou que, para isso, as empresas e instituições brasileiras estão prontas para avançar nos procedimentos sanitários necessários.

O brasileiro aproveitou para “fazer propaganda do agronegócio brasileiro” e disse que o papel do líder político do país é “abrir a porteira” para que os empresários façam negócios. “Quando o povo da Coreia quiser ter acesso à proteína, não se preocupe que o Brasil estará pronto para atender à demanda da Coreia”, afirmou.

Desenvolvimento

Lula ainda reafirmou sua defesa ao multilateralismo e criticou as guerras comerciais no mundo. “A melhor resposta à tentativa de usar o comércio como arma é mostrar que é possível alcançar entendimentos mutuamente benéficos por meio do diálogo e da negociação”, disse.

Para o brasileiro, o protecionismo dificulta o crescimento econômico e social.

“O que nós estamos precisando é fazer com que as economias cresçam, gerar oportunidade de trabalho para poder melhorar a qualidade de vida das pessoas que nós representamos (...). É preciso que a gente tenha noção de que somente o desenvolvimento do trabalho pode permitir que a gente resolva o problema da fome”, afirmou.

O presidente Lula apontou ainda as semelhanças e os contrastes que os dois países desenvolveram o comércio e como o Brasil pode aprender com a experiência sul-coreana.

Segundo ele, nos anos 60, o PIB per capita coreano equivalia a menos da metade do brasileiro e, hoje, é três vezes maior que o brasileiro. Enquanto, até a década de 80, a produção industrial do Brasil era maior do que a da Coreia, hoje, a Coreia é um dos principais polos tecnológicos do mundo.

“Nos anos 90, enquanto o Brasil se rendeu ao receituário neoliberal, a Coreia continuou apostando no papel indutor do Estado em setores estratégicos. Nenhum país que chegou atrasado à corrida industrial conseguiu subir a escada do desenvolvimento sem políticas públicas robustas”, lembrou Lula.

México

Soldados morrem em ataques após morte de líder de cartel

O secretário de Segurança do México, Omar García Harfuch, disse ontem, que 25 membros da Guarda Nacional morreram em seis ataques distintos em Jalisco, após o assassinato do líder do Cartel Jalisco Nova Geração, Nemesio Oseguera Cervantes.

Oseguera Cervantes, conhecido como "El Mencho", era o chefe de uma das redes criminosas de crescimento mais rápido no México, notória pelo tráfico de fentanil, metanfetamina e cocaína para os Estados Unidos e por orquestrar ataques ousados contra funcionários do governo que a desafiavam.

Ele foi morto no domingo passado, durante um tiroteio em seu estado natal, Jalisco, enquanto o exército mexicano tentava capturá-lo. Membros do cartel responderam com violência em todo o país, bloqueando estradas e incendiando veículos.

Também foram mortos um guarda prisional, um agente do Ministério Público estadual e uma mulher que García Harfuch não identificou. Ele também afirmou que cerca de 30 suspeitos de crimes foram mortos em Jalisco e outros quatro em Michoacán.

Diversos Estados mexicanos cancelaram as aulas nesta segunda-feira, e as autoridades informaram que todas as mais de 250 barricadas de cartéis em 20 Estados foram removidas. Esperava-se que a presidente abordasse a situação em sua coletiva de imprensa diária na manhã desta segunda-feira.

A Casa Branca confirmou que os EUA forneceram apoio de inteligência à operação para capturar o líder do cartel e elogiou o exército mexicano por deter um homem que era um dos criminosos mais procurados em ambos os países.

O México esperava que a morte dos maiores traficantes de fentanil do mundo aliviasse a pressão do governo Trump para que intensificasse as ações contra os cartéis, mas muitos permaneceram apreensivos e tensos, aguardando a reação do poderoso cartel.

Mais Violência

A Embaixada dos EUA informou que seus funcionários em oito cidades e no estado de Michoacán permaneceriam em isolamento e trabalhariam remotamente na segunda-feira, e alertou os cidadãos americanos em diversas partes do México para que fizessem o mesmo.

Os carros começaram a circular em Guadalajara antes do amanhecer desta segunda-feira, com o início da semana de trabalho, uma mudança notável

Tensão com Irã

EUA ordenam saída de pessoal não essencial da embaixada em Beirute

PEDRO LIMA/AE

O Departamento de Estado dos Estados Unidos ordenou a retirada de funcionários não essenciais e familiares elegíveis da Embaixada americana em Beirute, no Líbano, em meio à escalada das tensões com o Irã e à ameaça de uma possível ação militar na região.

Segundo um porta-voz ouvido pela Fox News, a decisão ocorreu após "avaliação contínua do ambiente de segurança", que considerou "prudente" re-



REPRODUÇÃO

em relação ao domingo, quando a capital do Estado de Jalisco e a segunda maior cidade do México estava quase completamente paralisada, enquanto moradores amedrontados permaneciam em casa.

Mais de mil pessoas ficaram presas no zoológico de Guadalajara durante a noite, dormindo em ônibus. Na manhã de ontem, mães enroladas em cobertores carregavam seus filhos pequenos para fora dos ônibus para uma pausa muito necessária para ir ao banheiro, enquanto viaturas da polícia guardavam a área.

Luís Soto Rendón, diretor do zoológico, disse que muitos ficaram presos lá desde as 9h da manhã do dia anterior, quando a violência eclodiu em Jalisco e nos Estados vizinhos. As famílias ficaram isoladas, tentando distrair seus filhos, pois concluíram que não podiam voltar para casa em estados próximos, como Zacatecas e Michoacán.

"Decidimos permitir que as pessoas permanecessem dentro do zoológico para sua segurança", disse Soto. "Há crianças pequenas e idosos."

Irma Hernández, uma guarda de segurança de hotel de 43 anos em Guadalajara, chegou ao trabalho cedo na manhã desta segunda-feira. Normalmente usa transporte público para ir ao trabalho, mas os ônibus não estavam circulando e ela não tinha como atravessar a cidade. Seus chefes providenciaram um carro particular para buscá-la. Sua família, segundo ela, ficou em casa, com muito medo de sair.

"Estou preocupada porque não sei como voltar para casa se algo acontecer", disse ela.

Os passageiros que chegaram ao aeroporto internacional da cidade na noite de domingo foram informados de que ele estava operando com pessoal reduzido devido ao surto de violência.

As autoridades de Jalisco, Michoacán e Guanajuato relataram pelo menos outras 14 mortes no domingo, incluindo sete membros da Guarda Nacional.

Vídeos que circularam nas

redes sociais no domingo mostraram turistas em Puerto Vallarta caminhando na praia com fumaça subindo ao longe.

Ponto de Inflexão

David Mora, analista do International Crisis Group para o México, afirmou que a captura e a explosão de violência marcam um ponto de inflexão na estratégia de Sheinbaum para reprimir os cartéis e aliviar a pressão dos EUA.

O presidente dos EUA, Donald Trump, exigiu que o México faça mais para combater o contrabando da droga fentanil, frequentemente letal, ameaçando impor mais tarifas ou tomar medidas militares unilaterais caso o país não apresente resultados.

Houve indícios iniciais de que os esforços do México foram bem recebidos pelos Estados Unidos.

O embaixador dos EUA, Ron Johnson, reconheceu o sucesso das forças armadas mexicanas e seu sacrifício em uma declaração no final de domingo. Ele acrescentou que "sob a liderança do presidente Trump e do presidente Sheinbaum, a cooperação bilateral atingiu níveis sem precedentes".

Mas isso também pode abrir caminho para mais violência, à medida que grupos criminosos rivais se aproveitam do golpe sofrido pelo CJNG, disse Mora.

"Este pode ser um momento em que esses outros grupos percebam que o cartel está enfraquecido e queiram aproveitar a oportunidade para expandir seu controle e assumir o comando do Cartel Jalisco nesses estados", disse ele.

"Desde que o presidente Sheinbaum assumiu o poder, o exército tem se mostrado muito mais confrontador e combativo contra grupos criminosos no México", disse Mora. "Isso sinaliza aos EUA que, se continuarmos cooperando e compartilhando informações, o México é capaz. Não precisamos de tropas americanas em solo mexicano."

'El Mencho'

Oseguera Cervantes, que foi ferido na operação de captura realizada no domingo em Tapalpa, Jalisco, a cerca de duas horas de carro a sudoeste de Guadalajara, morreu durante o transporte para a Cidade do México, informou o Ministério da Defesa em comunicado.

Durante a operação, as tropas foram alvejadas e quatro pessoas foram mortas no local. Outras três pessoas, incluindo Oseguera Cervantes, ficaram feridas e morreram posteriormente, segundo o comunicado.

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse via X que o governo dos EUA forneceu apoio de inteligência para a operação. "'El Mencho' era um alvo prioritário para os governos mexicano e americano, sendo um dos principais traficantes de fentanil em nosso país", escreveu ela. Ela elogiou as Forças Armadas do México pelo trabalho realizado.

Em fevereiro de 2025, o governo Trump designou o cartel como uma organização terrorista estrangeira.

Sheinbaum criticou a estratégia de governos anteriores de eliminar os chefes dos cartéis, o que apenas desencadeou explosões de violência com a fragmentação dos mesmos.

Embora continue popular no México, a segurança é uma preocupação constante e, desde que o presidente dos EUA, Donald Trump, assumiu o cargo há um ano, ela tem sofrido enorme pressão para apresentar resultados no combate ao narcotráfico.

O Cartel Jalisco Nova Geração tem sido um dos cartéis mais agressivos em seus ataques contra militares - inclusive contra helicópteros - e é pioneiro no lançamento de explosivos por drones e na instalação de minas terrestres. Em 2020, realizou uma tentativa de assassinato espetacular com granadas e fuzis de alta potência no coração da Cidade do México contra o então chefe da polícia da capital e atual secretário federal de segurança.

para o Oriente Médio.

Apesar disso, Omã afirmou que EUA e Irã devem retomar negociações nucleares na quinta-feira, em Genebra. O ministro das Relações Exteriores iraniano, Seyed Abbas Araghchi, disse à CBS que há "boa chance" de solução diplomática. Já Trump afirmou estar considerando ação limitada e que, para o Irã, era "melhor negociar um acordo justo". O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, pode adiar sua visita prevista a Israel.